

Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

Sub-eixo: Fundamentos do Serviço Social

TRABALHO, FORMAÇÃO PROFISSIONAL E OS DESAFIOS DA PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

ALBANY MENDONÇA SILVA¹

ANDREA ALICE RODRIGUES²

RESUMO

Tal estudo se baseia numa pesquisa qualitativa realizada com discentes da graduação e da pós-graduação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) com vistas a identificar os impactos do ensino remoto enfrentado pelos mesmos. Os dados apontam que as implicações do processo de crise endêmica e adoção do trabalho remoto intensificam as dificuldades de permanência dos discentes.

Palavras-chave: Educação, Ensino Superior, Permanência.

RESUMEN

Este estudio se basa en una investigación cualitativa realizada con estudiantes de pregrado y posgrado de la Universidad Federal de Recôncavo da Bahia (UFRB) con el objetivo de identificar los impactos de la enseñanza a distancia que enfrentan. Los datos indican que las implicaciones del proceso de crisis pandémica y la adopción del trabajo remoto intensifican las dificultades que enfrentan los estudiantes.

Palabras clave: Educación, Educación Superior, Permanencia.

1 INTRODUÇÃO

O debate acerca da evasão tem se complexificado no contexto de retomada das atividades presenciais, ocasionando impactos no processo formativo para permanência dos

¹ Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

² Universidade Federal do Recôncavo da Bahia



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

discentes. Com isso, observa-se que há um cenário de crescimento da tendência das taxas de retenção. Esses indicadores já são sinalizados nos estudos que o grupo de pesquisa “Trabalho, Formação e Serviço Social” (GT ForPSS) tem realizado no âmbito da graduação e pós-graduação. Considerando tal realidade, optou-se em adensar as reflexões sobre a permanência dos discentes pós-pandemia na realidade da UFRB, na direção de apreender as principais questões que afetam a permanência dos discentes no Centro de Humanidades, Artes e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

Para tanto, esta proposta intenciona delinear um mapeamento dos dados de evasão e retenção, observando a dinâmica dos últimos cinco anos, na perspectiva de identificar como se manifesta essa questão, verificando as tensões e as particularidades no processo de permanência na universidade, que estão aliadas e são atravessadas ao cenário de pós-crise pandêmica.

Nessa direção, este estudo se propõe a problematizar os problemas relacionados à permanência no âmbito universitário, destacando os dilemas no âmbito da articulação da graduação e pós-graduação em torno das tendências da evasão e retenção nos marcos do contexto pós-pandêmico. Trata-se de um ensaio teórico construído a partir das pesquisas realizadas pelo grupo de pesquisa GT ForPSS. Isto por meio dos projetos de pesquisa “PROJETOS EDUCACIONAIS E PERMANÊNCIA NA GRADUAÇÃO: em debate o perfil e a permanência estudantil na UFRB” e “ENSINO REMOTO E A PERMANÊNCIA NA PÓS GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: Desafios e estratégias no Contexto Pandêmico”. No âmbito da graduação, a pesquisa foi realizada a partir de revisões bibliográficas e análise de dados coletados através de documentos cedidos pela administração do Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL), retirados do sistema SIGAA e que contêm informações como trancamentos, ano de ingresso e formandos, além dos dados quantitativos de disciplinas que mais reprovaram nos cursos de graduação, visando assim montar um panorama sobre motivos da permanência universitária ou da evasão estudantil. Também foi utilizado questionário feito via *Google Forms* intitulado: “Perfil Socioeconômico, Trancamento e Pós Pandemia no CAHL”, em junho de 2023.

Cabe ressaltar que esta pesquisa foi realizada com os cursos de graduação de Artes Visuais, bacharelado em Ciências Sociais, Cinema e Audiovisual, Comunicação Social, licenciatura em Artes Visuais, licenciatura em Ciências Sociais, licenciatura em História, Museologia, Publicidade e Propaganda, Serviço Social e Tecnologia em Gestão Pública do Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL), e não abrange os demais cursos dos outros



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

centros da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

No que se refere à pós-graduação, utilizou-se de uma metodologia organizada em dois momentos, sendo que o primeiro foi baseado em pesquisas bibliográficas, levantamento de dados do sistema de registro e análise de dados parciais do sistema da UFRB, referentes ao número de ingressantes, número de defesas, de dissertações realizadas e quantidade de vagas ofertadas no programa. Já o segundo momento ocorreu através de pesquisa quanti quali, com desenvolvimento de questionário e posterior aplicação por meio de entrevistas semiestruturadas com alguns estudantes do programa da pós-graduação, o que permitiu perceber as vivências, dificuldades, perfil e quais os reais motivos que contribuem para a permanência dos discentes no curso, como também as causas que resultam na retenção.

Nessa direção, o presente artigo elucida reflexões sobre o estudo da permanência na graduação e pós-graduação na realidade de uma universidade pública, nos marcos do processo de interiorização do ensino. Neste sentido, apresentam-se outros dois tópicos: o primeiro fez uma breve contextualização das Políticas Educacionais no contexto capitalista recuperando o debatido desafios para o ensino superior, e o segundo aborda a discussão acerca das implicações da permanência estudantil no âmbito do Ensino Superior na Graduação e na Pós-Graduação, ilustrando as múltiplas dimensões da vida acadêmica.

2 POLÍTICAS EDUCACIONAIS, PANDEMIA E OS DESAFIOS PARA O ENSINO SUPERIOR

No âmbito educacional, demarca-se que o processo de democratização do ensino, que se intensifica nos marcos dos anos de 1990, tem possibilitado a ampliação do acesso das camadas populares à universidade. Nessa direção, convém frisar que a Constituição Federal Brasileira de 1988, em seus artigos 205 e 206, determina a defesa da educação pública. Mas não restringe a disputa do público e do privado pela apropriação dos investimentos financeiros no campo educacional.

O processo de mercantilização do ensino, nos marcos neoliberais, coloca-se como premissa a partir da promulgação da Lei n.º 9.394/1996 (BRASIL, 1996), que traz orientação para a privatização da educação em todos os níveis, ainda que mantenha como horizonte constitucional a defesa pela responsabilidade do Estado com a educação pública.

Contraditoriamente, a partir dos anos 2000, com o movimento de tomada do poder dos governos democráticos na América Latina, cria-se um ambiente favorável para a ampliação de conquistas. Neste ínterim, destacam-se as ações estratégicas no âmbito da educação, com a



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

manutenção da orientação da transferência de recursos públicos para a iniciativa privada, em 2005, com regulamentação do Programa Universidade Para Todos (PROUNI), o qual relaciona-se à oferta de bolsas de estudo integrais e parciais (até 50%) para os cursos de graduação, e a criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que consiste na liberação de recursos para investimentos na expansão do ensino superior, proporcionando a interiorização do ensino e ampliando significativamente o acesso de discentes negros e oriundos das camadas populares às universidades.

Por outro lado, também é importante considerar as mudanças instituídas nos processos seletivos, em 2010, com a adoção do Sistema de Seleção Unificada (SISU) e o Exame Nacional de Ensino Médio (Enem). Ainda, a criação do Sistema de Cotas, em 2012, com a introdução da Lei de Cotas, Lei nº 12.711/2012 (BRASIL, 2012), que institui a entrada das camadas populares nas universidades públicas, possibilitando o que significou uma reparação histórica, considerando as lutas dos movimentos negro e indígena.

É importante demarcar que a Lei de Cotas provoca a possibilidade de mudança na superioridade da branquitude, os filhos da elite colonial, que historicamente ocupou espaços nas Instituições de Ensino Superior. Como afirmam Carreira e Heringer (2022, p. 7), “[...]As universidades federais que ampliaram o ingresso desta população através das cotas são instituições marcadas historicamente pelo elitismo branco e pela restrição do acesso ao longo da sua história”.

Apesar desses avanços, pode-se salientar que a partir dos anos de 2016, com o golpe jurídico-parlamentar, e 2018, com a ascensão do governo com traços fascistas, configura-se um contexto de retrocesso histórico, que impactou numa política de contingenciamento financeiro com vistas a desmontar toda uma estrutura educacional brasileira, quer seja na graduação e/ou pós-graduação.

E nesses marcos surge a pandemia, com implicações drásticas para o campo educacional. E assim, como vivenciado por todo o mundo, a pandemia deflagrou consequências desastrosas nas mais variadas esferas da vida cotidiana e com particularidades específicas em cada território. No Brasil, essa realidade não foi diferente. Sob um governo característico do ultraneoliberalismo, com uma preocupação exorbitante com relação ao colapso da economia, muito mais do que com as vidas ceifadas pelo vírus, se a realidade brasileira já era de uma crise iminente, com a junção da urgente crise sanitária em questão, a realidade tornou-se catastrófica, acentuando a desigualdade social e aprofundando as expressões da questão social.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Nas ações do governo federal, tais imbricações parecem presentes, merecendo, contudo, uma análise a ser aprofundada. O governo Bolsonaro, nessa direção, tem desferido várias sinalizações envolvendo: críticas ao papel e finalidades das universidades públicas, atacando sua eficiência e impondo restrições à sua autonomia; questionamentos sobre conhecimento científico e sobre o papel e finalidades da educação escolar; questionamentos e busca de controle sobre os profissionais da educação (movimentos como lei da mordaza/Escola sem Partido, que avançam nos poderes legislativos e executivos do país); redução drástica de recursos para a educação básica e superior, entre outros (DOURADO, 2019, p. 13).

Nesse cenário, a educação foi duramente atacada, principalmente no Ensino Superior. As universidades públicas foram alvo de calúnias e cortes orçamentários, mesmo tentando manter a “normalidade” do ensino, pesquisa e extensão. Docentes foram submetidos a situações desafiadoras, precisando se adequar e utilizar os recursos necessários para ministrar aulas de forma remota, sendo um momento delicado para todas as partes. Consoante a ideologia negacionista do governo, foram disseminadas inúmeras *fake news*³ no que se refere à cientificidade, e principalmente, vacinas.

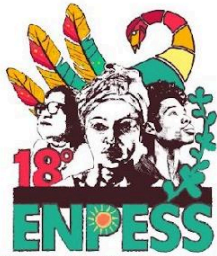
Desse modo, a educação pública não escapou da paralisação imediata, assim como do medo e da incerteza do futuro. Na medida em que os meses foram passando, medidas foram sendo consideradas para que as aulas fossem retomadas, ou melhor, que a vida voltasse a uma certa normalidade. Dessa forma, o ensino emergencial remoto foi uma modalidade instituída através da Lei nº 14.040/2020, que estabeleceu normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública e isolamento social reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

O contexto pandêmico provocou impactos significativos nos programas de pós graduação, tanto no que se refere à oferta de disciplinas quanto ao processo de permanência dos discentes. Em decorrência das medidas restritivas, os programas tiveram que reorganizar suas atividades e introduzir o ensino remoto (Silva; Gonçalves, 2022, p.7).

O desmonte educacional é um fator alarmante que ultrapassa a pandemia da Covid 19. Esse processo tem-se acentuado significativamente com os governos neoliberalistas, que ao estabelecerem uma lista de prioridades, colocam a educação pública em última instância. Assim, a cada dia, a educação é sucateada, tornando-se um espaço com graves problemas de permanência e evasão.

Tais questões são importantes para problematizar, pois é imprescindível apreender os processos de estranhamento e de afiliação dos discentes à vida universitária no contexto remoto,

³ Notícias falsas. Segundo Fagundes *et al.* (2021), “Apesar de terem ganhado notoriedade no contexto político, essa não é a única área sobre a qual são produzidas informações falsas. No campo da ciência e da tecnologia (C&T), seus efeitos também são discutidos”.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

haja vista as exigências de conhecimento diferenciadas e que revelam processos dos discentes para lidarem com as condições adversas que são atravessadas pela inserção de classe, gênero e raça e que marcam as múltiplas dimensões da vida universitária.

3 PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR NA GRADUAÇÃO E NA PÓS-GRADUAÇÃO X MÚLTIPLAS DIMENSÕES DA VIDA UNIVERSITÁRIA

Os dilemas da política educacional têm impactado no processo de permanência dos discentes, considerando a incidência dos casos de retenção e evasão [...] “os índices de diplomação, retenção e evasão devem ser examinados em conjunto, não como um fim em si mesmos, ou apenas com objetivos “rankeadores”, mas sim como dados que possam contribuir tanto à identificação dos problemas a eles relacionados [...]” (Brasil, 1996).

Entende-se retenção como o prolongamento dos estudos em decorrência de diversos fatores. Já evasão diz respeito ao processo de abandono do curso e/ou desligamento do curso. Desde a ampliação do acesso e democratização do ensino superior no Brasil, a permanência universitária tornou-se foco das atenções dos movimentos sociais compostos por docentes, servidores e discentes das instituições de educação superior, tornando-se atualmente uma das temáticas mais presentes nos debates e reivindicações dessas classes. Isto com o objetivo de resistir aos desafios encontrados diante do processo de precarização que as universidades públicas vêm enfrentando ao longo dos anos, com consecutivos cortes no orçamento, incentivados pelo avanço neoliberal, forçando uma limitação das políticas de incentivo à permanência qualificada e de qualidade dos discentes.

A ideia de permanência universitária vai além das bolsas e auxílios como muitos acreditam, envolve estrutura das salas de aulas, os equipamentos e espaços disponibilizados na unidade, como laboratórios de informática e pesquisa equipados, bibliotecas, restaurantes universitários, residências universitárias e tudo que for necessário para que os estudantes acompanhem as aulas, como também uma estrutura que forneça apoio psicossocial aos mesmos. Sendo assim, pode ser classificada, conforme Santos (2009), em permanência material – que é a subsistência física/matéria na universidade, como equipamentos, materiais, moradia, alimentação etc.; e permanência simbólica, que traz a ideia de pertencimento do estudante no espaço universitário, particularmente daqueles que historicamente tiveram seu ingresso negado de maneira direta e indireta, vítimas da construção sócio-histórica do Brasil, que baseou-se em escravidão, marginalização e exclusão de grupos étnicos e sociais.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Para situar o debate da permanência estudantil na UFRB, torna-se importante compreender que esta universidade criada no bojo do Reuni contempla as marcas do processo de desconcentração e interiorização do ensino superior, sendo situada no recôncavo baiano, idealizada a partir de um amplo comprometimento com a região que a abrigou, um território economicamente estagnado, fruto da decadência de uma antiga zona produtora de açúcar e fumo, excluída, desde meados do século XIX, das propostas de expansão da economia baiana. Porém, dotada de vasta riqueza cultural, podendo ser considerada um amplo repositório da cultura de matriz africana no Brasil (Pedrão, 1998).

Assim, pode-se inferir que essa região é dominada pela população afrodescendente e com riqueza cultural que impacta diretamente na configuração da universidade, a qual é constituída por um número significativos de negros, denominada como a universidade mais negra da Bahia.

Com isso, destaca-se o desafio dessa universidade em comprometer-se com a atuação na qualificação de uma parcela da população brasileira que esteve por muito tempo praticamente à margem do acesso à educação superior: a população negra, majoritária no Recôncavo Baiano⁴. E despontando-se na primazia das ações afirmativas na implementação das políticas de assistência estudantil.

Desde a sua criação, a UFRB foi orientada pelos princípios das ações afirmativas e da assistência estudantil, e, em 2005, quando da sua implantação, já havia incorporado a proposta de reserva de vagas, tendo a instituído no ano de 2006, fato anterior, portanto, à promulgação da Lei nº 12.711/2012, popularmente conhecida como a Lei das Cotas⁵. Assimilando a convergência entre as políticas de inclusão, reparação racial e assistência estudantil, a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia institui, desde os seus primórdios, uma Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis, tendo as relações raciais e as políticas afirmativas como eixo estruturante (COLEN, 2019).

Sua concepção e implantação ocorre em um período marcado por expressivos investimentos públicos na área da Educação; por ações direcionadas à redução das desigualdades sociais no país, sobretudo no que se refere ao acesso e permanência no ensino

⁴ Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE, 2012), 79,5% da população do estado é composta por negros (pretos e pardos) (SEI, 2020).

⁵ Sancionada pela presidenta do Brasil Dilma Rousseff, em 2012, a Lei nº 12.711, popularmente conhecida como Lei das Cotas, garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas universidades federais e institutos federais de educação, ciência e tecnologia a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos (Brasil, 2023).

superior; e pelo protagonismo do Movimento Negro no processo de construção e implementação das políticas de promoção da igualdade racial, e na luta por uma universidade inclusiva e multi-racial (Brasil, 2007 e Colen, 2019).

Com a expansão da oferta de cursos nos sete centros⁶ de ensino, os quais são situados em seis cidades do Recôncavo, registra-se que a universidade conta com mais de 10.590 alunos de graduação e 877 alunos de pós-graduação. Além disso, mais de 2.194 bolsas de mestrado e doutorado foram contempladas e mais de 2.215 profissionais titulados nesses 15 anos (UFRB, 2022).

Desde a sua criação, a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia se compromete com a promoção de uma educação superior de qualidade e excelência, em que se priorize um compromisso ético-político, com relação estreita com a historicidade e o território, assim como com aspectos culturais, étnico-raciais, as tradições africanas, afro-brasileiras e indígenas.

A sua criação possibilitou a criação do primeiro curso público de Serviço Social na Bahia, em 2008, na cidade de Cachoeira, no Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL). Ao longo desses 16 anos, o curso já formou 517 assistentes sociais⁷. De acordo com os dados do sistema acadêmico, o Serviço Social possui 370 alunos ativos, sendo que destes apenas 161 formalizaram as matrículas no sistema, representando 44% de alunos ativos e 56% de alunos evadidos⁸. Pode-se inferir que esse aumento na evasão tem sido atribuído ao fato de que a maioria dos discentes não reside próximo das unidades do curso, o que impacta diretamente na permanência, tendo em vista a necessidade de custear os gastos com moradia e estudo.

Desse modo, com a tendência de aumento dos números de evadidos, desde a pandemia, aliada aos cortes orçamentários que impactam na redução da oferta e na manutenção das bolsas no programa, registra-se a preocupação com o enfrentamento da evasão. Destacam-se algumas iniciativas de enfrentamento que podem contribuir para o enfrentamento dessa questão.

A primeira é o Comitê Permanente de enfrentamento da evasão e retenção dos discentes, criado em 10 de setembro de 2021. Este comitê posteriormente se expandiu para todos os centros da UFRB, na busca por realizar um trabalho em conjunto de enfrentamento à evasão.

⁶ A UFRB oferece atualmente 64 cursos de graduação, 60 cursos de pós-graduação, sendo 24 destes na categoria *Stricto Sensu* e 36 *Lato Sensu*, distribuídos nos seguintes Centros de Ensino: Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL); Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAAB); Centro de Ciências da Saúde (CCS); Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (CECULT); Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CETEC); Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade (CETENS) e Centro de Formação de Professores (CFP).

⁷ Dados obtidos no SIGAA (Sistema de Gestão das Atividades Acadêmicas) da UFRB em julho de 2024.

⁸ Dados extraídos do Relatório Quantitativo de Solicitações de Matrículas 2024.1, consultas em 25 de julho de 2024.

Após a pandemia, este comitê se desfez, mas o CAHL continuou com sua comissão de enfrentamento à evasão.

Em 2021, essa comissão iniciou o trabalho de construção da Política de Enfrentamento à Evasão no CAHL. E, em 2022, esta foi implementada no Centro. Esse documento contém os princípios: Organização, Participação, Integração, Qualidade, Acolhimento e Respeito à diversidade.

Ainda em 2022, a universidade criou o edital interno PROGRAD Nº 050/2022 de 27 de outubro de 2022, para selecionar projetos para o enfrentamento à evasão e reprovação nos cursos de graduação da UFRB. Este edital selecionou 17 projetos que estão em vigência na UFRB.

Mesmo com essas estratégias de enfrentamento, cabe salientar que o aumento exponencial das situações de desigualdades e as dificuldades de assegurar a concessão de bolsas para estes discentes, que possuem múltiplas questões e particularidades, têm impactado consideravelmente nos processos de continuidade dos estudos e, conseqüentemente, no seu rendimento acadêmico. Aqui destacamos discentes de diversos gêneros, classes, orientações sexuais, gerações etárias, entre outros.

Segundo dados levantados pelo grupo de pesquisa GT ForPSS, registra-se que a problemática da evasão e retenção se agrava, destacando-se a tendência de crescimento do prolongamento dos discentes nos cursos, e a redução significativa do número de matrículas. Ademais, cabe observar que o desligamento dos cursos tem sido motivado por diversos fatores, dentre os quais, abandono motivado pela não realização de matrícula no semestre, desistência oficial e transferência por mudança de curso e/ou exclusão institucional respaldada no regulamento de graduação.

Em relação à graduação, faz-se necessário registrar que além dos impactos econômicos, têm sido frequentes os gatilhos de adoecimento mental, com o aumento das manifestações de depressão e, em adição, dos casos de violência. Ademais, observa-se o comprometimento do processo de ensino-aprendizagem, diante das dificuldades objetivas e subjetivas dos discentes.

Essa realidade torna-se mais gritante, considerando que a UFRB sofre os impactos das universidades criadas pelo programa de interiorização, com problemas estruturais e carências agravadas por situar-se no território do Recôncavo Baiano, que concentra desigualdades econômicas e sociais.

Considerando os dados da pesquisa de perfil dos discentes, realizada pelo grupo de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

pesquisa, observou-se que do universo de 375 discentes⁹, a pesquisa abrangeu o total de 79 universitárias/os que responderam os questionários através do aplicativo Google Docs, totalizando uma participação equivalente a 21%. Sobre a representatividade, a pesquisa contemplou todos os semestres¹⁰, possibilitando conhecer a realidade das/os discentes e suas novas inquietações decorrentes deste momento inédito.

De acordo com a análise dos dados, destaca-se a predominância de um público jovem (68,9%). Em primeiro lugar, destaca-se a faixa etária entre 20 e 25 anos (51, 3%), seguida da faixa etária dos 25 a 30 (17,9%) e, por fim, a faixa etária dos 30 a 35 (12,8%). Com percentuais inferiores, aparecem as faixas etárias acima dos 40 anos. Tais dados retratam que o perfil etário predominante das/os discentes respondentes varia dos 20 aos 35 anos. E 92% do sexo feminino.

Esse retrato do perfil das discentes mostra a desigualdade de gênero, isto é, dos papéis de homens e mulheres que são construídos historicamente, nos quais há uma sobrecarga para as mulheres estudantes e trabalhadoras, que precisam se dividir nas inúmeras tarefas de casa, trabalho, família e estudo, o que interfere na sua permanência em condições materiais e simbólicas, haja vista que se nota um fluxo escolar acidentado, com a existência de repetições ou interrupções em seus processos de formação.

Em relação à formação e ao exercício profissional, verificou-se que 86,1% das discentes ressaltam que o cenário de crise econômica, política e pandêmica provocou impactos diretos, tanto para a comunidade acadêmica como para o mercado de trabalho. Indicam, ainda, que o prejuízo maior foi para o exercício profissional. Registra-se com percentual menor 13,9% as discentes que não opinaram sobre a questão.

Logo, percebe-se a gravidade do contexto e dos seus impactos diretos tanto para a formação como para o exercício profissional, haja vista que a rotina de trabalho foi modificada e os riscos a que os profissionais estão expostos foram intensificados. Constata-se, ainda, nas respostas, que as dificuldades postas para a permanência dos discentes são consideradas tanto pelas questões conjunturais como estruturais, colocando imensos desafios para a formação e para o exercício profissional.

Mediante uma trajetória de luta, resistência e persistência, nesses 16 anos de vigência, o curso de graduação em Serviço Social vigorou no território Cachoeirano, possuindo duas

⁹ Dados consultados no Sistema Integrado de Gestão de Atividades (SIGAA). Disponível em: <https://sistemas.ufrb.edu.br/sigaa>. Acesso em: 15 jul. 2020.

¹⁰ Das/os discentes que responderam foram: 20 do primeiro semestre, dois do segundo semestre, cinco do terceiro semestre, 13 do quarto semestre, três do quinto semestre, nove do sexto semestre, nove do sétimo semestre, nove do oitavo semestre e três que estão dessemestralizados.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

entradas ao ano, nos turnos diurno e noturno, tornando-se o curso de maior entrada de estudantes do CAHL. Assim, os frutos da graduação foram tão significativos que levaram à criação do Mestrado acadêmico em Política Social e Territórios (Área 32 - Serviço Social), no ano de 2018. A construção e reconhecimento do POSTERR, enquanto o mestrado derivado do primeiro curso de Serviço Social em Universidade pública no estado da Bahia, pode ser considerado como um marco histórico para a educação pública.

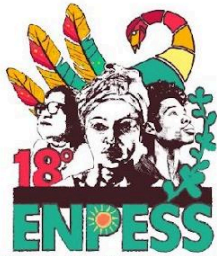
A partir dos dados, constataram-se variações significativas nas características da pós graduação em Política Social e Territórios nos últimos cinco anos (entre 2019 e 2023). Houve uma oscilação no número de vagas oferecidas, variando entre 10 e 20. Em 2019, nove estudantes ingressaram no programa, sendo que oito realizaram suas defesas e apenas um não defendeu.

Para tanto, registra-se que a pandemia impactou diretamente no processo de permanência dos alunos, especialmente nos casos de retenção dos alunos nas defesas, com isso, pode-se elucidar que dos dez alunos admitidos em 2020, oito concluíram suas defesas e dois não concluíram. Essa tendência sobressaltou em 2021, uma vez que dos sete ingressantes, apenas um finalizou seu trabalho. Tais dados mostram que os alunos que vivenciaram o contexto pandêmico e o ensino remoto reafirmam as dificuldades para integralização dos estudos. Portanto, nas variações ao longo dos cinco anos do programa POSTERR, observa-se que no período da pandemia houve um corte significativo nas taxas de conclusão.

Ademais, os respondentes também relataram que o ensino remoto permitiu para uma parcela a conclusão das disciplinas, mas também impactou no processo de estudo, haja vista a falta de condições objetivas para estudo.

Por outro lado, pode-se ilustrar que o perfil dos discentes é majoritariamente constituído por mulheres, negras, oriundas das camadas populares, com idade até os 30 anos, economicamente, mantêm-se por trabalhos precários e ou pelas concessões de bolsas. Deste modo, observa-se que muitos discentes vivenciam o desafio da condição de aluno trabalhador, o que tem impactado significativamente na sua integralização, demonstrando, assim, a importância dos investimentos e das políticas de permanência para assegurar a integralização dos estudos. Ademais, pode-se identificar que o mestrado, além de contemplar alunos egressos do curso de Serviço Social, abrange alunos de outras áreas de conhecimento, como licenciatura em Ciências Sociais, Pedagogia e Biologia.

Diante do exposto, pode-se elucidar que apesar das inúmeras dificuldades narradas para a permanência dos alunos no ensino superior, seja no âmbito da graduação e/ou pós graduação,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

cabe salientar que o retorno das aulas presenciais pós-pandemia tem demandado um processo de readaptação de rotina e o desafio de retomada dos alunos, diante das condições objetivas e materiais, os quais trouxeram consequências drásticas. É notório nas falas dos discentes, que apesar de todas as dificuldades, ainda se vislumbra nos estudantes o sonho da titulação. Convém frisar que o retorno ao presencial requer o investimento para além dos aspectos pedagógicos, mas também atenção para os investimentos na saúde mental e nos processos de autocuidado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, pode-se afirmar que apesar dos avanços nos processos de democratização do ensino e ampliação de políticas afirmativas, observa-se que os discentes enfrentam tanto as dificuldades relacionadas às condições objetivas e/ou dificuldades de pertencimento à comunidade acadêmica. Assim, pensar a permanência dos discentes no âmbito universitário significa ir além de considerar apenas seu tempo cronológico no curso, mas pensar nas implicações políticas e sociais que marcam sua existência nesse curso, e, conseqüentemente, considerar as transformações e as estratégias de resistência que passam ao longo dessa trajetória para integralização do curso.

Portanto, nota-se a necessidade de políticas educacionais que priorizem esses estudantes, ofereçam suporte psicológico e emocional para garantir a continuidade e qualidade da educação, como também a criação de programas acadêmicos para que sejam amenizados os efeitos adversos causados pela pandemia, assegurando um percurso formativo eficaz.

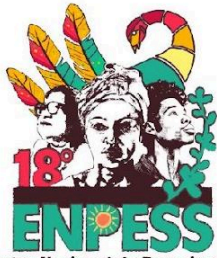
Dado o exposto, se faz extremamente necessária a continuidade da pesquisa, para que haja a plena compreensão dos atenuantes que têm interferido diretamente na retenção e desafios dos discentes.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **A ABEPSS e o fortalecimento da pesquisa na área de Serviço Social: a estratégia dos grupos temáticos de pesquisa.** Disponível em: http://www.abepss.org.br/briefing/documentos/GTPs_Novembro_de_2009_Final.pdf. Acesso em: 15 ago. 2022.

ABEPSS. **A Formação em Serviço Social e o Ensino Remoto Emergencial.** Brasília, maio de 2021. Disponível em: <http://www.abepss.org.br>. Acesso em: 02 ago. 2022.

ABREU, Marina Maciel. ABEPSS: a perspectiva da unidade da graduação, pós-graduação e a produção do conhecimento na formação profissional. **Serviço Social e Sociedade**, n. 95, ano



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

29, São Paulo: Cortez, p. 173-188, nov/2008.

ANDIFES. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das IFES (2018)**. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05>. Acesso em: 09 ago. 2022.

BRASIL **Diplomação, Retenção e Evasão nos Cursos de Graduação em Instituições de Ensino Superior Pública**. Brasília, Outubro de 1996. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/559418329/Diplomacao-Retencao-Evasao-Graduacao-Em-IES-Publicas-1996>. Acesso em: 29 ago. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006**. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm. Acesso em: 08 ago. 2022.

BRASIL. Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 06 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Nº 343, de 17 de março de 2020**. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus. Brasília, 2020.

CAPES. **Documento de Área 2013/ Serviço Social**. Brasília, 2013.

CARNEIRO, Denise; HERINGER, Rosana. **10 anos de Lei de Cotas**. Rio de Janeiro: Faculdade de Educação, UFRJ; Ação Educativa, 2022.

COLEN, Natália Silva. **Uma universidade negra é possível?** A criação da UFRB no contexto das políticas de ações afirmativas no Brasil. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, 2019. 143 f., enc., il. Dissertação – (Mestrado).

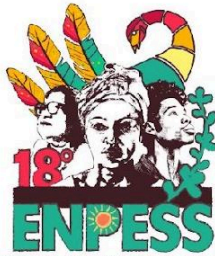
DOURADO, L. F. Estado, educação e democracia no Brasil: retrocessos e resistências. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 40, e0224639, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302019224639>.

FAGUNDES, V. O. *et al.* Jovens e sua percepção sobre fake news na ciência. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. **Ciências Humanas**, v. 16, n. 1, p. e20200027, 2021.

FARAGE, E. Educação superior em tempos de retrocessos e os impactos na formação profissional do Serviço Social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 140, p. 48-65, jan./abr. 2021.

LEHER, R. **Autoritarismo contra a Universidade**: o desafio de popularizar a defesa da educação pública. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Expressão Popular, 2018.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

MINAYO, M. C. de S. Ciência, Técnica e Arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 9-31.

NETTO, J. P. Transformações Societárias e Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, n. 50. São Paulo: Cortez, 1996.

PEDRÃO, Fernando Cardoso. **Novos rumos, novos personagens**. BRANDÃO, Maria de Azevedo (Org.). Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia, Universidade Federal da Bahia, 1998, p. 219-239.

SANTOS FILHO Osvaldo Teodoro; RAVNJAK, Leandro Luciano Silva. Ensino remoto e pandemia: um nó que jamais foi um laço. In: PRAIS, Jacqueline Lidiane de Souza; SCHUTZS, Jenerton Arlan; OLIVEIRA, Luthiane Miszak Valença de (Org.). **Educação na contemporaneidade: entre desafios e possibilidades** outras. Santo Ângelo: Editoria Metrics, 2021. p. 247-257. Disponível em: <https://editorametrics.com.br/livro/educacao-na-contemporaneidade>. XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Acesso em: 08 ago. 2022.

SAVIANI, Dermeval; GALVÃO, Ana Carolina. Educação na pandemia: a falácia do “ensino” remoto. COVID-19: trabalho e saúde docente. **Universidade e sociedade**, n. 67, p. 36-49, janeiro de 2021.

SIMÃO, Andréa Branco. Pesquisa em Serviço Social: Reflexões sobre os desafios para a formação e atuação profissional. **Serviço Social e Sociedade**, n. 96, Ano 29, São Paulo: Cortez, p. 110-127, nov./2008.

YAZBECK, Maria Carmelita; SILVA, Maria Ozanira da Silva. Das origens a atualidade da profissão: A construção da Pós-graduação no Brasil. In: CARVALHO, Denise Bomtempo; SILVA, Maria Ozanira S. (Org.). **Serviço Social, Pós-graduação e produção do conhecimento no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005. p. 192-216.



Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social